



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELE GÓES DOS SANTOS

A DESVALORIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Belém - Pará
Maio/2025

DANIELE GÓES DOS SANTOS

A DESVALORIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso formulado para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, junto à Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Professor Titular Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa.

Belém – Pará
Maio/2025

DANIELE GÓES DOS SANTOS

A DESVALORIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Professor Titular Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, desenvolvido sob a forma de Artigo Científico, nos termos do art. 4º, V, da Resolução nº 01, de 22 de outubro de 2024, apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

APROVADO EM: ____/____/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Titular Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Orientador – UFPA

Prof^a. Dr^a. Eliana da Silva Felipe
Examinadora Interna – UFPA

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237d Santos, Daniele Góes dos.
A desvalorização das licenciaturas na formação de professores /
Daniele Góes dos Santos. — 2025.
32 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação,
Belém, 2025.

1. História da Educação. 2. Formação de Professores. 3.
Cursos de Licenciaturas. 4. Precarização da Profissão
Docente. 5. Desvalorização Profissional. I. Título.

CDD 370.712

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, sou grata a Deus por Ele ter me concedido as condições concretas para a realização desse meu grande sonho. Esse sonho não é somente meu, a conquista não é somente individual, mas sim de ordem coletiva. Os estudos, as leituras intensas, o cansaço e as barreiras de todas as ordens se impuseram durante toda a jornada acadêmica, porém as árvores de raízes fortes e imponentes precisam resistir às tempestades e as adversidades se quiserem mostrar ao mundo a beleza de suas folhas e o sabor de seus frutos.

Sou imensamente grata ao esforço efetuado por meus pais, Maria Regina Goes, Gladilson dos Santos durante minha criação. Ambos foram figuras centrais me concedendo apoio afetivo suficiente, me educando, aconselhando e sendo rigorosos na medida do possível. Deles dois herdei todo o caráter e a força de vontade para viver e batalhar dia após dia para conquistar meus objetivos pessoais. Eles são meu exemplo maior de força, rigorosidade e perseverança frente aos obstáculos da vida. Essa conquista ofereço para eles e também para minha prima Mariele Goes.

Posso afirmar categoricamente que o conhecimento de qualidade que adquiri foi também resultado dos professores dedicados e muito empenhados com os quais tive contato durante o transcurso dos semestres. Ofereço todo afeto e gratidão ao professor Paulo Sérgio de Almeida Corrêa por ser um excelente orientador, sendo sempre prestativo e muito didático do início ao fim da elaboração de minha monografia. Também ofereço meus tributos sinceros à professora Eliana da Silva Felipe por seu empenho e esmero durante a avaliação de meu desempenho.

Também dirijo meu singelo apreço a todos os amigos(as) que consegui fazer durante os estudos, seja em sala de aula ou fora dela, seja durante a apresentação de seminários ou em conversas agradáveis. Eles também foram o suporte de grande valia para mim, pessoas como Geovana, Jacimara, Hagne, Daniel, Ingrid fizeram os dias de aulas serem mais alegres. Os laços de amizade nos humanizam quanto mais se convive. Escolher os amigos verdadeiros é construir uma família que vai muito além dos parentescos. Portanto, os amigos que a UFPA me proporcionou me fizeram um bem sem medida.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Pará por me conceder um ensino de qualidade e digno. Agradeço aos trabalhadores que custearam todos os dias minha estadia no ambiente universitário. Sigamos firme, pois a jornada se constrói à medida que se avança.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai e à minha mãe e a toda a comunidade quilombola de Itacoãzinho na qual me criei. Foi nessa atmosfera que consegui formar grande parte de meus valores e personalidade.

No Brasil a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular (Saviani, 2009, 143).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar, com base em uma revisão bibliográfica e historiográfica, os fatores históricos, políticos e sociais que contribuem para a desvalorização dos cursos de Licenciaturas na formação de professores no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Como se manifesta a desvalorização dos cursos de Licenciaturas no contexto da formação inicial de professores no Brasil? Quais fatores históricos, sociais e institucionais contribuem para a desvalorização das Licenciaturas nas universidades públicas, especialmente na região amazônica? Quais os impactos da desvalorização das Licenciaturas na identidade profissional e nas perspectivas de atuação dos estudantes de cursos de formação docente? Adotou-se como recorte temporal dos últimos vinte e sete anos (1996–2023). A metodologia adotada consistiu na análise teórica de autores e documentos oficiais que abordam a temática da formação docente e das políticas educacionais. Conclui-se que a desvalorização da licenciatura é histórica, sustentada por políticas públicas frágeis, baixos salários e falta de reconhecimento, exigindo ações estruturantes que promovam a valorização e a qualificação da docência no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Formação de Professores. Cursos de Licenciaturas. Precarização da profissão docente. Desvalorização profissional.

LISTA DE SIGLAS

FAED – Faculdade de Educação

ICED – Instituto de Ciências da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	09
INTRODUÇÃO	12
A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL E O PROCESSO HISTÓRICO DE DESVALORIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS	17
A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB/1996) E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	20
POLÍTICAS PÚBLICAS, REMUNERAÇÃO E RECONHECIMENTO: CONSEQUÊNCIAS DA DESVALORIZAÇÃO DA LICENCIATURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	24
CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil, especialmente por meio dos cursos de Licenciaturas, vem sendo atravessada por um processo contínuo de desvalorização, o qual reflete não apenas nas condições de ensino-aprendizagem, mas também na constituição identitária dos futuros educadores (Kuenzer, 2016). Embora desempenhe papel central na consolidação de uma educação pública de qualidade, a Licenciatura ainda é socialmente estigmatizada e institucionalmente negligenciada em comparação aos cursos de Bacharelado. Esta realidade impõe desafios à construção de uma prática pedagógica crítica, emancipadora e coerente com as demandas sociais, sobretudo em contextos historicamente marginalizados como a região amazônica (Mota, 2021).

Do ponto de vista pessoal, a escolha deste tema se justifica pela vivência direta da autora enquanto licencianda. Essa vivência revela um sentimento recorrente de invisibilidade acadêmica, desmotivação e desvalorização simbólica frente a outros cursos da universidade. A ausência e/ou insuficiência de políticas efetivas de incentivo à permanência, à pesquisa e à valorização do fazer docente, reforça um ciclo de desinteresse que ameaça a continuidade e a qualidade da formação. Assim, abordar criticamente a desvalorização da Licenciatura é também uma forma de afirmação da identidade profissional em construção e da luta coletiva por reconhecimento e valorização dentro do espaço universitário (Montenegro e Silva, 2012).

A experiência de profissão na docência que exerço atualmente no Acará manifesta os impactos da desvalorização da profissão do professor do ensino básico. Consigo perceber que mesmo depois de séculos, ainda persistem ideias no meio político que viabilizam comportamentos nocivos no que tange à valorização da carreira docente.

Durante meu percurso como professora do ensino infantil, percebo que o município não fornece segurança profissional, pois contrata professoras e professores em regime temporário. Alia-se a esse cenário a constante interferência política indicando profissionais para as salas de aula no município e em específico na escola que exerço a docência. Percebo ações intencionais para desestruturar o serviço público da docência, de modo a deixar os profissionais em constante estado de insegurança na carreira que exercem.

De pouco em pouco, é possível notar que existem grupos políticos interessados em agir para que o serviço público perca solidez de suas estruturas e isso impacta diretamente a qualidade do serviço ofertado ao povo que paga diariamente seus impostos. Mediante minha própria vivência como profissional de educação, consigo notar que agentes do serviço público tomam decisões, visando unicamente deteriorar as funções básicas do Estado, abrindo margem para privatização dos espaços e serviços públicos.

No campo social, a relevância da temática se amplia, considerando que a desvalorização da formação docente impacta diretamente na qualidade da educação básica e no futuro das próximas gerações (Oliveira, 2017). A evasão dos cursos de Licenciatura, a baixa atratividade da profissão e a precarização das condições de trabalho dos professores, igualmente refletem o distanciamento entre o discurso institucional de valorização da educação e a prática concreta de desinvestimento.

Como destaca Charlot (2005), a relação dos jovens com o saber é profundamente afetada pelas condições materiais e simbólicas em que o conhecimento é produzido e transmitido, o que inclui a forma como o professor é formado e tratado pela sociedade.

À medida em que as universidades se propõem a formar professores comprometidos com a realidade regional, torna-se fundamental que elas reconheçam, valorizem e invista nas Licenciaturas com o mesmo rigor e prestígio destinados aos Bacharelados. Assim, para o Instituto de Ciências da Educação (ICED), esta discussão contribui diretamente para a revisão de suas práticas pedagógicas, curriculares e de gestão, com vistas a fortalecer o compromisso institucional com a formação humanista, crítica e democrática. Já para a Faculdade de Educação (FAE), esta pesquisa representa uma ferramenta de análise e intervenção, no sentido de ampliar o debate sobre os processos formativos e os desafios enfrentados pelos futuros docentes (Souza, 2006).

Na disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia, a análise da desvalorização da Licenciatura possibilita um resgate histórico das lutas dos professores no Brasil, particularmente nas regiões periféricas. Como aponta Saviani (2008), a educação brasileira sempre oscilou entre projetos conservadores e transformadores, sendo a formação docente uma das áreas mais afetadas pelas contradições desse processo. Ao abordar historicamente a marginalização dos cursos de Licenciatura, é possível compreender a lógica estrutural que naturaliza o desinteresse pelo magistério como profissão, além de visibilizar as resistências que emergem dos próprios sujeitos em formação.

Do ponto de vista científico, diversos autores contribuem para a reflexão crítica sobre a desvalorização da formação docente, mesmo que nem todos abordem diretamente a Licenciatura como objeto.

Saviani (2008), ao propor a pedagogia histórico-crítica, evidencia a centralidade da formação docente na construção de uma escola pública comprometida com a superação das desigualdades sociais.

Para Frigotto (2017), a subordinação da educação às lógicas do capital, intensifica a precarização do trabalho docente e transforma a escola em instrumento de reprodução das desigualdades.

Moraes (2012), por sua vez, discute os limites das políticas públicas voltadas à valorização do magistério, alertando para a ausência de estratégias que articulem formação, carreira e condições dignas de trabalho.

Charlot (2005) contribui com uma análise sociológica da relação com o saber e com a profissão docente, apontando para a perda de sentido que muitos jovens experimentam ao escolher o magistério.

Já Arroyo (2011) reforça a docência como um ato político, de resistência, destacando que a valorização da profissão não pode ser pensada apenas em termos salariais, mas também em torno dos valores simbólicos e sociais.

Portanto, articulando experiências pessoais, demandas sociais, compromissos institucionais e contribuições científicas, este estudo pretende lançar luz sobre a desvalorização da Licenciatura na formação de professores, buscando não apenas compreender os fatores que sustentam esse cenário, mas também visibilizar estratégias de superação que contribuam para a valorização da docência na Amazônia e no Brasil. Em tempos de crise da educação e de ataques ao conhecimento científico, defender a Licenciatura é também estar favorável a um projeto de sociedade mais justo, crítico e igualitário.

Para efeito deste estudo, entende-se a formação docente enquanto processo e, nesse sentido,

A formação docente tem início no momento de ingresso na escola como aprendiz e estende-se por toda a vida escolar. Consubstancia-se na convivência, estrutura-se na academia e consolida-se na prática profissional. Trata-se de uma formação *sui generis*, carregada de especificidades (Munsberg; Silva, p. 3).

Em relação ao trabalho docente, parte-se da concepção de que se trata da efetiva atividade laboral, articulada à vida pessoal e profissional, conforme advogam Almeida e Fernandes (2020, p. 80) ao considerarem que o “processo formativo de professores” se constitui a partir da relação entre diferentes dimensões: “Pelo que se apresenta, o trabalho docente está no centro de uma complexa intersecção entre a formação continuada, as modalidades de formação — no caso de nossa pesquisa, o Estudo do Meio — e o desenvolvimento profissional”.

Quanto à desvalorização do trabalho docente, é preciso considerar o seguinte contexto histórico contemporâneo:

Atualmente, além da precariedade em sua formação, os docentes sofrem com a sobrecarga de horários e tarefas, as quais fizeram com que as condições de trabalho do professor declinassem, tanto pela desvalorização da profissão, quanto pela criação de novas funções (Monteiro, Vaz, Mota, 2022, p. 6).

A partir desse contexto, houve formulação dos seguintes problemas de pesquisa: Como se manifesta a desvalorização dos cursos de Licenciatura no contexto da formação

inicial de professores no Brasil? Quais fatores históricos, sociais e institucionais contribuem para a desvalorização da Licenciatura nas universidades públicas, especialmente na região amazônica? Quais os impactos da desvalorização da Licenciatura na identidade profissional e nas perspectivas de atuação dos estudantes de cursos de formação docente?

Propôs-se como objetivo geral analisar, com base em estudos teóricos e historiográficos, os fatores históricos, políticos e sociais que contribuem para a desvalorização dos cursos de Licenciaturas na formação de professores no Brasil, considerando os impactos dessa desvalorização no contexto educacional após a promulgação da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).

Os objetivos específicos ficaram assim constituídos:

Identificar, à luz da produção historiográfica educacional, as principais causas que historicamente contribuíram para a desvalorização dos profissionais formados nos cursos de Licenciaturas no Brasil.

Compreender como a promulgação da Lei nº 9.394/1996 impactou a estrutura, a oferta e o reconhecimento dos cursos de Licenciatura no sistema educacional brasileiro.

Identificar as consequências sociais e educacionais da desvalorização das Licenciaturas, especialmente no que se refere às políticas públicas de remuneração docente e à formação inicial dos professores.

Na perspectiva metodológica, este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e bibliográfica, tendo como foco a análise de produções teóricas e historiográficas sobre a desvalorização dos cursos de Licenciatura na formação de professores no Brasil.

A pesquisa teve sua realização entre o ano de 2024 a junho de 2025, no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), especificamente vinculada ao processo de orientação do Trabalho de Curso, ofertado pela Faculdade de Educação (FAE), no Instituto de Ciências da Educação (ICED).

O trabalho consistiu na coleta, leitura e análise crítica de obras científicas, como livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses, publicadas nos últimos anos, que trataram das temáticas relacionadas à formação de professores, políticas educacionais, história da educação e valorização docente. Houve utilização de bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais da UFPA e de outras universidades públicas brasileiras.

A análise foi orientada por categorias temáticas previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa, tais como: formação docente, políticas públicas, história da educação

brasileira, reforma educacional e identidade profissional. O critério de seleção dos materiais bibliográficos, baseou-se na relevância teórica, no alinhamento com os objetivos do estudo e na atualidade das discussões propostas.

Dessa forma, buscou-se construir uma reflexão crítica e fundamentada sobre os elementos históricos, sociais e políticos que sustentam a desvalorização da Licenciatura, contribuindo para o debate acadêmico e institucional acerca da importância da formação docente no Brasil.

Para tanto, a presente pesquisa fundamentou-se na análise de fontes históricas de natureza secundária e documental, com o objetivo de compreender os processos sociais, políticos e educacionais que contribuíram para a desvalorização dos cursos de Licenciaturas na formação de professores no Brasil. Foram examinados os seguintes tipos de documentos:

Leis e normativas educacionais: com destaque para a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), além de pareceres, resoluções e diretrizes curriculares nacionais voltadas à formação de professores, emitidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Produções historiográficas e científicas: obras de autores consagrados na área da educação e da história da educação, como Dermeval Saviani, Miguel Arroyo, Gaudêncio Frigotto, Bernard Charlot, além de dissertações e teses disponíveis em repositórios acadêmicos que abordem a trajetória da formação docente e a desvalorização da profissão no Brasil.

Textos de política educacional e análises críticas: artigos publicados em periódicos especializados que discutam as reformas educacionais, a precarização do trabalho docente e os efeitos das políticas neoliberais sobre os cursos de formação de professores.

A seleção e interpretação dessas fontes foi realizada de forma crítica, considerando-se o contexto histórico em que foram produzidas e suas implicações na construção da realidade educacional brasileira. A análise possibilitou estabelecer conexões entre o passado e o presente da formação docente, evidenciando os processos que historicamente contribuíram para a desvalorização das Licenciaturas.

O estudo foi desenvolvido a partir de dois recortes temporais complementares: um histórico e um bibliográfico. O primeiro, contempla o período compreendido entre a década de 1990 e os dias atuais, com ênfase a partir do ano de 1996, marco da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta legislação representa um ponto de inflexão na organização da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à formação docente, à regulamentação dos cursos de Licenciaturas e à redefinição de responsabilidades entre os entes federativos na

condução das políticas educacionais.

A partir desse marco legal, ocorreram profundas alterações na estrutura da formação de professores, no financiamento da educação e na concepção da docência como profissão, gerando impactos significativos na valorização, ou desvalorização, dos cursos de Licenciatura nas instituições públicas de ensino superior. Dessa forma, a análise se ateve em compreender os efeitos dessas reformas até os dias atuais, considerando os desdobramentos mais recentes das políticas educacionais no país.

Já o recorte bibliográfico, que orienta a seleção do material teórico e documental a ser analisado, abrange publicações produzidas nos últimos 10 anos (de 2015 a 2025). Esse período foi escolhido com o objetivo de reunir contribuições teóricas atualizadas e alinhadas aos debates contemporâneos sobre a formação de professores, a desvalorização das Licenciaturas, a precarização do trabalho docente e os impactos das reformas educacionais nas universidades públicas.

Foram priorizadas obras (livros, artigos científicos, dissertações e teses) produzidas nesse intervalo temporal, com atenção especial àquelas que adotam uma perspectiva crítica, historiográfica ou sociológica da educação. Tal delimitação, visou garantir a relevância, atualidade e profundidade das reflexões abordadas neste estudo.

O cronograma de construção desta investigação, envolveu reuniões de orientação, captura e exame das referências bibliográficas e documentos, elaboração das seções do texto, formulação das conclusões, revisão geral para entrega do texto ao orientador, visando a sessão pública de defesa.

A presente pesquisa foi estruturada em três seções, além desta introdução, quais sejam: na primeira, dedica-se à análise da trajetória histórica da formação docente no país, identificando as origens e os desdobramentos do processo de desvalorização da Licenciatura no cenário educacional brasileiro; na segunda, o foco recaiu sobre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), examinando seus impactos sobre os cursos de formação de professores, na terceira, trata das consequências atuais da desvalorização das Licenciaturas, especialmente no que diz respeito às políticas públicas de remuneração, à estrutura das licenciaturas e à formação inicial dos docentes, conectando esses aspectos ao debate mais amplo sobre a qualidade da educação e o reconhecimento social da docência.

1 A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL E O PROCESSO HISTÓRICO DE DESVALORIZAÇÃO DAS LICENCIATURAS

A trajetória da formação docente no Brasil, é marcada por uma série de transformações históricas, políticas e sociais que contribuíram para a desvalorização dos cursos de Licenciatura. Desde o período colonial até os dias atuais, a profissão docente passou por diferentes fases, refletindo as mudanças nas políticas educacionais e nas demandas sociais.

Durante o período colonial, a educação era predominantemente controlada pelos jesuítas, que possuíam uma formação sólida em áreas como Religião, Letras, Filosofia e Teologia. Esses religiosos eram responsáveis pela alfabetização das crianças da elite, sendo altamente respeitados na sociedade (Monlevade, 2021).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as Aulas Régias foram instituídas, marcando uma mudança significativa na formação docente. Os professores admitidos passaram a ser leigos, muitas vezes sem formação adequada, o que resultou na queda da qualidade do ensino e na desvalorização da profissão (Chagas, 1980).

No século XIX, na França, com a criação das Escolas Normais em 1879, houve uma tentativa de sistematizar a formação de professores. No entanto, essas instituições enfrentaram desafios como a falta de recursos e a baixa atratividade da carreira docente. A feminização da profissão também contribuiu para sua desvalorização, uma vez que as mulheres eram associadas a salários mais baixos e menor prestígio social (Patrocino, 2021).

No Brasil, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, representou um marco na tentativa de reorganizar a formação docente. A LDB estabeleceu que a formação para o magistério da educação básica deveria ocorrer em nível superior, prioritariamente em cursos de Licenciatura, o que, em teoria, elevaria o status da profissão (Brasil, 1996). No entanto, na prática, a implementação dessas diretrizes enfrentou diversos obstáculos, como a falta de investimentos e a ausência de políticas efetivas de valorização docente.

A desvalorização dos cursos de Licenciaturas, também se manifesta na baixa atratividade desses cursos, refletida na diminuição do número de candidatos e na evasão estudantil. Essa realidade é agravada pelas condições de trabalho dos professores, que enfrentam baixos salários, jornadas exaustivas e falta de reconhecimento profissional (Mota, 2021). Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes para a valorização docente e a falta de uma carreira estruturada, também são fatores que contribuem para a desvalorização da Licenciatura (Silva e Silva, 2016).

A formação docente no Brasil, todavia, enfrenta desafios históricos que contribuem para a desvalorização dos cursos de Licenciaturas. Apesar de avanços legais, como a LDB de 1996, a profissão continua desvalorizada devido a fatores como baixos salários, condições precárias de trabalho, falta de reconhecimento social e ausência de políticas públicas eficazes. Superar esses desafios requer um compromisso efetivo do Estado e da sociedade na valorização da carreira docente e na melhoria da formação dos professores.

Para Costin (2023), a crise na formação docente se expressa em um ciclo de desvalorização que se inicia na formação inicial, passa pelo desinteresse dos estudantes e culmina na evasão da carreira docente. A autora enfatiza que a baixa atratividade da licenciatura está diretamente relacionada à precariedade das condições de trabalho, aos baixos salários e à falta de reconhecimento social do professor. Assim, segundo a autora, o país caminha para um colapso, em que não haverá professores suficientes para atender às demandas da educação básica, especialmente nas áreas de ciências da natureza e matemática.

Nesse mesmo sentido, Ferreira (2023) observou que o número de ingressantes nos cursos de licenciatura vem diminuindo sistematicamente desde 2014, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Essa tendência acende um alerta para a formação de professores em áreas estratégicas, como Física, Química e Biologia, que já apresentam altos índices de evasão e formam poucos profissionais. A autora destaca que a evasão nos cursos de licenciatura não decorre apenas de questões acadêmicas, mas sobretudo das condições adversas que os estudantes enfrentam ao longo da formação, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo e a ausência e/ou insuficiência de políticas de permanência.

Complementando essa análise, Caseiro (2022) destacou que, das 2,8 milhões de vagas ofertadas em cursos de licenciatura no Brasil, apenas cerca de 300 mil foram preenchidas em 2021. O autor argumenta que esse dado revela não apenas um problema de demanda, mas também de estrutura e valorização da profissão docente. Além disso, salientou que a maioria dos egressos desses cursos acaba não ingressando na carreira docente, evidenciando uma ruptura entre formação e exercício profissional.

Em um estudo com enfoque sociopolítico, Fávero e Mikolaiczik (2019) argumentam que a lógica neoliberal, incorporada às políticas públicas educacionais, tem contribuído significativamente para a desvalorização dos cursos de licenciatura. Os autores defendem que a ênfase nas competências técnicas e nas práticas utilitaristas esvazia o caráter crítico e emancipador da formação docente, reduzindo o papel da escola e do professor a meros executores de conteúdos programáticos. Esse modelo, segundo eles, não apenas compromete a qualidade da formação, como também desencoraja o ingresso de jovens nos cursos de licenciatura.

Santos *et al.*, (2023) também discutem as implicações da desvalorização dos cursos de licenciatura na formação inicial dos professores. Para os autores, o desinteresse pela carreira docente está diretamente ligado à ausência de políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e desenvolvimento profissional. O estudo destaca a importância de se fortalecer a identidade docente desde a formação inicial, promovendo práticas pedagógicas que valorizem o papel social do professor e fomentem a permanência na carreira.

Libâneo (2012), embora com contribuições anteriores à última década, continua sendo uma referência incontornável na análise da formação docente e da valorização do magistério. O autor defende que a profissionalização do ensino exige a integração entre teoria e prática, bem como a consolidação de políticas públicas que garantam a autonomia e o reconhecimento da docência como profissão intelectual. Essa perspectiva dialoga com as preocupações atuais, pois muitas das críticas apontadas por esse autor continuam válidas, especialmente no que diz respeito à fragmentação curricular e à precarização da formação.

Demo (2015), por sua vez, argumenta que a formação docente precisa ir além da reprodução de conteúdos e incorporar uma prática reflexiva e investigativa. O autor aponta que a qualidade da educação está diretamente relacionada à qualidade da formação dos professores, o que demanda investimentos contínuos na formação inicial e continuada, além de políticas de valorização profissional.

Dourado (2021) chama atenção para o distanciamento entre a formação acadêmica e a realidade escolar. Ele critica a ênfase excessiva em modelos de ensino a distância nas licenciaturas, os quais, segundo suas análises, não garantem a formação plena dos futuros docentes. Para o autor, é fundamental que as universidades estabeleçam um diálogo permanente com as escolas, a fim de compreender as demandas reais da educação básica e, assim, preparar os licenciandos para os desafios concretos da sala de aula.

Os autores analisados convergem na compreensão de que a desvalorização dos cursos de Licenciaturas decorre de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a precarização das políticas públicas, a baixa atratividade da carreira docente, a influência da lógica neoliberal nas diretrizes educacionais e o distanciamento entre a formação teórica e a prática pedagógica. A superação desse quadro exige não apenas a reformulação das políticas de formação inicial, mas também o compromisso efetivo do Estado em garantir condições dignas de trabalho, remuneração e reconhecimento para os profissionais da educação.

2 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB/1996) E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representou um marco jurídico para a organização da educação brasileira. Elaborada em um contexto de redemocratização e consolidação de políticas neoliberais, trouxe mudanças significativas para a estrutura do sistema educacional, especialmente no que tange à formação e à atuação dos professores. Ao mesmo tempo em que buscava assegurar princípios de autonomia, flexibilidade curricular e qualidade, a lei foi criticada por flexibilizar demais as exigências para o exercício da docência, contribuindo para a precarização da profissão e para a crescente desvalorização dos cursos de Licenciaturas (Saviani, 2008).

A LDB conferiu maior autonomia às instituições de ensino superior na organização dos currículos dos cursos de Licenciaturas, o que, em teoria, permitiria uma melhor adequação às realidades regionais. No entanto, na prática, essa flexibilidade resultou em currículos frágeis, fragmentados e muitas vezes distantes das reais demandas das escolas públicas. A ausência de diretrizes mais consistentes para a formação docente, acabou por gerar uma disparidade entre os cursos e uma formação inicial aligeirada e pouco integrada. A formação do professor deve ser pensada como um processo sistêmico, que articule os saberes pedagógicos e científicos com as práticas sociais e culturais do espaço escolar (Libâneo, 2012).

Além disso, a LDB introduziu a possibilidade de formação docente em nível médio na modalidade normal, o que, mesmo sendo uma tentativa de ampliar o acesso à formação, contribuiu para a legitimação de uma formação mínima para o exercício da docência, especialmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa decisão legal acabou por perpetuar a ideia de que a docência pode ser exercida sem uma formação superior adequada, fortalecendo, assim, a desvalorização social da profissão e dos cursos de licenciatura, conforme apontam Gatti e Barreto (2009), que analisam os entraves históricos e políticos à profissionalização docente.

Outro ponto relevante diz respeito à ênfase na racionalização de recursos e à ampliação do setor privado na educação superior, intensificada após a aprovação da LDB. Além disso, a lei abriu espaço para uma expansão desenfreada das instituições privadas de ensino superior, que passaram a ofertar em larga escala cursos de licenciatura a distância, frequentemente com baixa qualidade formativa. Essa lógica de mercantilização da educação, sustentada por interesses de mercado, provocou o rebaixamento dos padrões acadêmicos da

formação docente, ampliando a precarização do magistério (Oliveira e Dourado, 2011).

A política de formação docente, a partir da LDB, foi acompanhada por regulamentações posteriores, como o Parecer CNE/CP nº 9/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabeleciam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciaturas. No entanto, essas normativas reforçaram a ideia de uma formação voltada à prática imediata, esvaziando a dimensão crítica e teórica dos cursos. Ressalte-se que a ênfase tecnicista e instrumentalista dessas diretrizes desconsidera a complexidade do trabalho docente e ignora a formação do professor como sujeito histórico, político e transformador (Saviani, 2009).

Nos anos seguintes, outras reformas foram promovidas, como a criação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na tentativa de mitigar os impactos da desvalorização das Licenciaturas e incentivar a formação de professores. Embora essas iniciativas tenham promovido avanços pontuais, como o estímulo à docência e a ampliação do acesso aos cursos de formação, elas ainda se mostraram insuficientes diante da magnitude dos problemas estruturais que afetam a profissão docente.

Como analisam Gatti *et al.*, (2011), tais políticas, por vezes, esbarram em descontinuidades, limitações financeiras e ausência de articulação com outras esferas do sistema educacional.

Diante desse cenário, a LDB/1996 pode ser compreendida como uma lei que, apesar de seu papel fundamental na reorganização do sistema educacional brasileiro, contribuiu indiretamente para o agravamento da crise na formação docente, ao adotar uma concepção flexível e fragmentada de educação, pouco comprometida com a valorização concreta dos professores. A lei não apenas deixou de assegurar uma formação sólida, como também legitimou políticas que ampliaram a distância entre universidade e escola, dificultando a construção de uma identidade profissional docente baseada no conhecimento pedagógico, científico e na práxis crítica (Pimenta e Anastasiou, 2014).

É importante destacar que a formação docente deve ser concebida como um processo contínuo, dinâmico e articulado às transformações sociais. Sob essa perspectiva, mais do que preparar professores para ensinar conteúdos, é necessário formar profissionais capazes de refletir criticamente sobre sua prática, intervir no contexto escolar e construir projetos pedagógicos transformadores. No entanto, essa visão ainda encontra obstáculos significativos nas estruturas curriculares pós LDB, que, muitas vezes, tratam o futuro professor como um técnico executor, e não como um intelectual da educação (Nóvoa, 2009).

Os impactos da LDB/1996 na formação de professores no Brasil, portanto, são

ambíguos. Por um lado, promoveu a organização legal do sistema e deu maior autonomia às instituições de ensino; por outro, contribuiu para uma formação docente marcada pela heterogeneidade, fragilidade curricular e desvalorização. A superação desse quadro exige uma profunda reformulação das políticas de formação inicial e continuada, com foco na valorização dos saberes docentes, na articulação teoria-prática e no compromisso ético com a transformação social por meio da educação (Freitas, 2022).

A partir da última década, estudos aprofundaram o entendimento de como a flexibilidade trazida pela LDB afetou estruturalmente os cursos de Licenciaturas, revelando os efeitos de uma formação por vezes tecnicista, fragmentada e voltada à lógica de mercado.

Gatti (2016), ao analisar a evolução das políticas públicas de formação de professores, destacou que a LDB abriu espaço para a consolidação de uma concepção utilitarista da formação docente. Segundo a autora, a lei favoreceu um modelo de formação voltado à empregabilidade imediata, com forte influência do setor privado, negligenciando a construção de uma identidade profissional crítica e comprometida com os princípios sociais da educação.

Essa análise é corroborada por Oliveira e Silva (2017), que observaram que a abertura legal para a expansão dos cursos de licenciatura a distância, em especial no setor privado, resultou em uma formação padronizada e descontextualizada das realidades escolares, comprometendo a qualidade do ensino e da prática pedagógica.

No mesmo sentido, estudos como o de Freitas (2020) alertaram para o descompasso entre as diretrizes legais e as necessidades concretas da prática docente. A autora argumentou que, embora a LDB preconize a formação plena e continuada dos professores, na prática, os investimentos públicos e as políticas implementadas, como o Reuni e o Parfor, não conseguiram garantir condições adequadas para a consolidação de uma formação sólida. Para ela, a flexibilização da carga horária, o enfraquecimento da formação pedagógica e a desvalorização dos cursos de licenciatura são evidências de um modelo formativo em crise.

Essa perspectiva é complementada por Vieira e Ramos (2021), que realizaram uma análise de currículos de cursos de licenciatura em diversas universidades brasileiras e constataram uma tendência à fragmentação dos conteúdos, à ênfase na instrumentalização docente e à redução da carga horária dedicada à formação pedagógica crítica. Para os autores, essa configuração curricular, permitida e muitas vezes incentivada pela LDB, tem reforçado a lógica de um professor “executador de conteúdos”, ao invés de um educador autônomo e reflexivo.

Em contraposição a essa tendência, autores como Nóvoa (2019) e Libâneo (2018) têm defendido uma revisão profunda das políticas de formação docente, com ênfase na

articulação entre teoria e prática, na valorização da identidade docente e na centralidade do professor como agente intelectual da educação.

Para Nóvoa (2019), o professor do século XXI precisa ser compreendido como um pesquisador da própria prática, alguém capaz de transformar o ambiente escolar por meio do diálogo entre conhecimento acadêmico e experiência pedagógica.

Libâneo (2018), por sua vez, ressalta que a formação docente deve incorporar uma visão crítica da realidade educacional brasileira, incluindo reflexões sobre desigualdade social, exclusão escolar e políticas públicas de financiamento.

É também importante destacar os estudos de Diniz-Pereira (2022), que argumenta que a LDB, ao deixar margens interpretativas amplas sobre os currículos e a carga horária dos cursos de licenciatura, abriu portas para reformas curriculares que privilegiaram modelos “enxutos”, voltados à produtividade acadêmica e à formação mínima exigida para o exercício profissional. Isso resultou, segundo o autor, na legitimação da precariedade formativa e na redução do prestígio social das licenciaturas, sobretudo em comparação com os Bacharelados.

Apesar dessas críticas, algumas iniciativas tentaram mitigar os efeitos negativos da LDB. Programas como o PIBID e a Residência Pedagógica têm sido analisados positivamente por pesquisadores como Silva e Fialho (2019), que identificam nessas ações um potencial de aproximação entre universidade e escola, favorecendo a articulação entre teoria e prática e incentivando o ingresso e a permanência de estudantes nos cursos de licenciatura. No entanto, os mesmos autores reconhecem que tais programas são frágeis e dependentes de políticas de governo, sendo frequentemente impactados por cortes orçamentários e instabilidades institucionais.

O diálogo entre as análises extraídas das produções historiográficas desses autores, evidencia um consenso crítico em torno das consequências ambíguas da LDB/1996 para a formação de professores. Por um lado, a lei foi importante para organizar juridicamente o sistema educacional e institucionalizar a formação superior para o magistério. Por outro, permitiu práticas que contribuíram para a desvalorização das Licenciaturas, especialmente por meio da flexibilização curricular, da ampliação de cursos a distância com baixa qualidade e da mercantilização do ensino superior.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, REMUNERAÇÃO E RECONHECIMENTO: CONSEQUÊNCIAS DA DESVALORIZAÇÃO DA LICENCIATURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A desvalorização dos cursos de Licenciaturas no Brasil, é um fenômeno complexo, que está diretamente relacionado ao lugar que as políticas públicas reservam à formação de professores, à estrutura da remuneração docente e à falta de reconhecimento social da profissão.

No contexto contemporâneo, essa desvalorização, tornou-se ainda mais evidente, especialmente com o enfraquecimento de programas educacionais, os cortes no financiamento à educação básica e superior e a precarização das condições de trabalho dos docentes. O cenário aponta para uma descontinuidade de políticas estruturantes e para uma lógica de gestão educacional que relega o fazer docente a um papel secundário, o que compromete não apenas a qualidade da formação inicial dos professores, mas também o futuro da educação pública brasileira (Gatti, 2016).

As políticas públicas implementadas a partir dos anos 2000 até a década de 2010, como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), representaram importantes tentativas de valorização dos cursos de licenciatura e de incentivo à carreira docente. Contudo, tais programas, apesar de seus avanços, foram descontinuados ou tiveram seus recursos reduzidos de forma drástica em governos recentes. Como resultado, observa-se um enfraquecimento da motivação dos jovens para ingressar nas licenciaturas e um aumento das taxas de evasão nesses cursos, o que reforça a percepção de que o magistério é uma profissão desvalorizada e com baixa atratividade (Silva e Fialho, 2019).

A remuneração dos professores constitui um dos pilares centrais da desvalorização da licenciatura no Brasil. Estudos demonstram que o salário médio do professor da educação básica é significativamente inferior ao de outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade, o que evidencia uma discrepância histórica entre o valor simbólico da profissão e sua efetiva valorização econômica.

A esse respeito, deve-se ressaltar que há quem defenda a ocorrência dos provimentos dos professores pela via do concurso público, uma vez que “os contratos temporários desvalorizam a classe trabalhadora, principalmente em relação àquilo que é essencial para a sobrevivência na sociedade imersa no modo de produção capitalista – a remuneração” (Silva, 2025, p. 1).

Corrêa e Lopes (2023, 138) também demonstraram que as contratações temporárias

prejudicam professores e alunos, devido aos seguintes fatores:

Os contratos temporários afetam tanto o desempenho dos professores quanto dos alunos, pois a depender das características que marcam as exigências contratuais, haverá ocupação de carga horária diferente, valores salariais distintos, bem como a precarização do trabalho docente, ausência de vínculo efetivo com o serviço público e, também, inexistência de promoção profissional na carreira em face da não vinculação a um plano de cargos e salários.

Por sua vez, o estudo de Kozłowski Lucy e Hatschbach Graupmann (2017, p. 25), evidenciou que a desvalorização profissional decorre de diferentes fatores, tais como: a massificação da educação, a má qualidade na formação dos professores, a feminização do magistério; a falta de políticas públicas eficientes; a abrangência da atuação profissional.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pesquisas como a de Oliveira (2020), a precariedade salarial, associada à sobrecarga de trabalho e à falta de infraestrutura nas escolas, contribui diretamente para o adoecimento docente, a desistência da carreira e a descontinuidade da formação continuada.

Além da remuneração, o reconhecimento social do professor como agente fundamental no desenvolvimento da sociedade tem sido comprometido por discursos que deslegitimam a função docente. A culpabilização dos professores pelos baixos índices educacionais, o enfraquecimento das instâncias de participação democrática nas escolas e a perseguição ideológica à atuação crítica dos educadores, são sintomas de um ambiente hostil à valorização da docência.

Para Libâneo (2018), esse quadro de deslegitimação se associa à fragilidade das políticas educacionais, que não priorizam a formação crítica e reflexiva, mas sim um modelo tecnicista e instrumentalizado de ensino.

A ausência de políticas de carreira estruturadas e a falta de perspectivas de progressão profissional, também configuram obstáculos à valorização das Licenciaturas. Enquanto outras áreas do conhecimento apresentam planos de carreira consolidados, com remuneração compatível e estímulo à formação continuada, os cursos de licenciatura continuam enfrentando a marginalização institucional e a estagnação funcional.

Segundo Vieira e Ramos (2021), esse cenário impacta diretamente a qualidade da formação docente, uma vez que desestimula o engajamento acadêmico e reduz a expectativa de crescimento profissional entre os licenciandos.

A questão da desvalorização das Licenciaturas, também deve ser compreendida à luz da mercantilização da educação, processo intensificado nos últimos anos com a expansão do ensino superior privado, especialmente na modalidade a distância. Essa expansão, muitas

vezes guiada pela lógica do lucro, promoveu uma formação docente de baixa qualidade, com conteúdos fragmentados e pouca articulação entre teoria e prática.

Autores como Diniz-Pereira (2022) alertam que a flexibilização promovida pela LDB/1996 permitiu o surgimento de cursos com baixa exigência acadêmica, o que compromete o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais para o exercício da docência.

No debate contemporâneo, autores como Freitas (2020) e Nóvoa (2019) defendem a construção de uma política de valorização docente que seja estruturante, permanente e articulada entre as esferas federal, estadual e municipal. Isso implica não apenas garantir melhores salários, mas também promover condições adequadas de trabalho, oferecer formação continuada de qualidade e reconhecer a importância social e política do trabalho docente. Para esses autores, o futuro da educação pública depende, fundamentalmente, da valorização real da profissão docente e do fortalecimento dos cursos de licenciatura como espaços de formação crítica, ética e emancipadora.

Portanto, é possível afirmar que a desvalorização das licenciaturas no Brasil contemporâneo, está associada a um conjunto de fatores estruturais, tais como: políticas públicas frágeis e descontinuadas; remuneração incompatível com as responsabilidades do magistério; reconhecimento social deficitário e expansão desregulada do ensino superior privado.

Superar esse quadro exige, segundo os estudos mais recentes, a articulação de esforços entre o Estado, as universidades e a sociedade civil para reconstruir a imagem e a função social do professor, investindo em sua formação, carreira e dignidade profissional (Oliveira, 2020; Libâneo, 2018; Vieira e Ramos, 2021).

Fazendo uma comparação entre os estudos de Gatti (2016) e Nóvoa (2019), percebe-se uma convergência no entendimento de que a formação docente no Brasil se tornou fragmentada, tecnicista e pouco reflexiva. Enquanto Gatti (2016) aponta para os problemas na estrutura dos cursos, como a escassa integração entre teoria e prática e a baixa exigência acadêmica em determinadas instituições, Nóvoa (2019) amplia a crítica ao sistema como um todo, argumentando que há uma necessidade urgente de uma “virada formativa”, capaz de reposicionar a docência como um campo intelectual e político fundamental. Ambos os autores sustentam que, sem uma formação robusta e crítica, é inviável consolidar uma educação de qualidade no país.

Outra perspectiva importante é trazida por Vieira e Ramos (2021), que exploram os efeitos da mercantilização do ensino superior sobre os cursos de licenciatura. Para os autores, a ampliação desregulada da oferta de cursos de formação docente em instituições privadas,

muitas vezes na modalidade a distância, compromete significativamente a qualidade da preparação dos futuros professores. Isso ocorre não apenas pela fragilidade das metodologias aplicadas, mas também devido à lógica mercantil que rege essas instituições, onde a formação docente é tratada como produto e o estudante como cliente.

Essa crítica dialoga diretamente com a análise de Diniz-Pereira (2022), que denuncia a precarização estrutural das licenciaturas no contexto neoliberal, apontando para um desmonte sistemático das políticas públicas que antes garantiam algum nível de valorização da docência.

No campo das políticas públicas, autores como Freitas (2020) e Silva e Fialho (2019) abordam a importância de programas como o PIBID e a Residência Pedagógica na valorização da formação inicial docente. Para Freitas (2020), essas iniciativas representaram um marco na valorização da profissão, ao integrar o licenciando à realidade escolar desde os primeiros períodos do curso. No entanto, os mesmos autores alertam para a descontinuidade desses programas, especialmente a partir de 2016, quando o financiamento federal às políticas de formação começou a sofrer cortes significativos. A ausência de continuidade, somada à instabilidade política e econômica, gerou um cenário de retrocesso, prejudicando diretamente a qualidade e o prestígio dos cursos de licenciatura no país.

Em relação à valorização salarial e à carreira docente, as análises de Oliveira (2020) e Libâneo (2018) são bastante elucidativas. Ambos os autores apontam que a baixa remuneração e a ausência de planos de carreira estruturados impactam negativamente a permanência de professores nas redes públicas e desestimulam os jovens a optarem pela docência como projeto de vida. Além disso, enfatizam que a desvalorização não é apenas econômica, mas simbólica, uma vez que o professor continua sendo visto como um executor de conteúdos e não como um intelectual da educação. Essa lógica funcionalista contribui para a marginalização das Licenciaturas no sistema educacional e para a desmotivação geral dos estudantes desses cursos.

Com base no exposto, destaca-se que os estudos analisados convergem na ideia de que a superação da crise na formação docente e da desvalorização das Licenciaturas, exige um conjunto articulado de medidas. Entre elas, a valorização salarial, a melhoria das condições de trabalho, o fortalecimento da formação inicial e continuada e a reconstrução do prestígio social do magistério. É necessário, como afirmam Diniz-Pereira (2022) e Freitas (2020), que a docência volte a ser entendida como profissão estratégica para o desenvolvimento do país e que as políticas públicas deixem de ser pontuais para assumirem um caráter sistêmico e de longo prazo. Apenas assim será possível reverter o quadro atual de desvalorização e consolidar uma educação pública de qualidade, democrática e

emancipadora.

CONCLUSÃO

Com base nas discussões teóricas e historiográficas desenvolvidas ao longo deste estudo, foi possível afirmar que a desvalorização dos cursos de Licenciaturas no Brasil, constitui-se como um fenômeno histórico e estrutural, atravessado por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que, ao longo do tempo, impactaram diretamente a formação inicial de professores e a consolidação da docência como uma profissão reconhecida e valorizada.

A investigação partiu da necessidade de compreender os efeitos dessa desvalorização sobre a formação docente e, conseqüentemente, sobre a qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras, sobretudo após a promulgação da Lei nº 9.394/1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco regulatório que redesenhou o panorama educacional no país.

À luz da produção historiográfica educacional, as principais causas que historicamente contribuíram para a desvalorização da formação docente, verificou-se que essa problemática não é recente, mas sim enraizada em uma longa tradição de descompromisso político com a valorização da carreira docente. O magistério, especialmente nos níveis iniciais da educação, historicamente foi visto como um trabalho secundário, de baixa complexidade e, muitas vezes, associado a uma lógica assistencialista. Esse contexto influenciou na forma como os cursos de Licenciaturas foram estruturados, geralmente com menor prestígio acadêmico e institucional, e com fraca articulação entre teoria e prática.

No que se refere ao impacto da LDB/1996 na estrutura e oferta dos cursos de Licenciaturas, observou-se que, embora a legislação tenha sinalizado a importância da formação superior para o exercício do magistério, suas diretrizes foram implementadas de forma desigual e, muitas vezes, fragilizada. A abertura de cursos em larga escala, especialmente na iniciativa privada e na modalidade a distância, sem a devida preocupação com a qualidade, revelou uma política educacional voltada mais para a ampliação numérica da formação do que para a excelência acadêmica. Isso comprometeu ainda mais a imagem dos cursos de Licenciaturas e gerou um distanciamento entre as demandas da escola pública e a formação ofertada nas instituições de ensino superior.

Ficou evidente que os professores enfrentam condições precárias de trabalho, baixos salários e carência de incentivos institucionais à qualificação e ao desenvolvimento

profissional contínuo. Tais fatores, aliados à sobrecarga de funções e à escassa valorização simbólica da profissão, têm desestimulado a entrada de novos estudantes nos cursos de formação docente e contribuído para a evasão daqueles que iniciam suas trajetórias no magistério.

As análises também revelaram que, para reverter esse quadro, é imprescindível repensar o papel das Licenciaturas no sistema educacional brasileiro. Isso requer políticas públicas de valorização da carreira docente que transcendam medidas pontuais e se configurem como ações estruturantes e integradas, capazes de reconfigurar o lugar social do professor e garantir a qualidade da formação inicial. A docência deve ser reconhecida como uma profissão intelectual e estratégica para o desenvolvimento do país, e os cursos de Licenciaturas, por sua vez, precisam ser fortalecidos em termos curriculares, pedagógicos, institucionais e simbólicos.

Dessa forma, este estudo contribuiu para a ampliação do debate sobre a importância da valorização da formação docente no Brasil, reconhecendo que a superação da crise na licenciatura não se dará por meio de soluções imediatistas, mas sim por um comprometimento real e contínuo das instâncias governamentais, acadêmicas e sociais com a educação pública de qualidade.

A reflexão crítica sobre o passado e o presente da formação de professores, ancorada na historiografia educacional e em produções contemporâneas, permite vislumbrar caminhos possíveis para a reconstrução do prestígio da docência e para a consolidação de políticas educacionais que promovam equidade, qualidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de; FERNANDES, Tiago Rufino. Proposições conceituais em torno da formação e do trabalho docente: uma orientação emancipatória para o desenvolvimento profissional. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 27, n. 1, p. 68-92, jan. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-17302020000100068&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 ago. 2025. Epub 27-Mar-2020. <https://doi.org/10.14393/er-v27n1a2020-3>.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: Imagens e auto-imagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. **Crise nos programas de licenciatura**. FAPESP na Mídia, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/crise-nos-programas-de-licenciatura/475969>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida; LOPES, Mateus Paulo Silva. Critérios contratuais para admissão ao exercício do trabalho docente temporário na educação básica da rede pública. In: **A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 5**. Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

COSTIN, Cláudia. **Apenas 19% dos formandos em licenciatura querem ser professores**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/19-dos-formandos-em-licenciaturas-nao-querem-trabalhar-como-professores.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A precarização da formação docente e o desmonte da educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e247247, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. A desvalorização e o esvaziamento de sentidos da carreira docente. **Revista Extra Classe**, 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/12/a-desvalorizacao-e-o-esvaziamento-de-sentidos-da-carreira-docente>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; MIKOLAICZIK, Daniê Regina. Formação de professores em tempos de precarização: desafios e possibilidades. **Literatura em Debate**, v. 17, n. 31, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/literaturaemdebate/article/view/4755>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FERREIRA, Márcia Serra. Crise nos programas de licenciatura. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/crise-nos-programas-de-licenciatura>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FREITAS, Helena C. de. Políticas de formação e trabalho docente no Brasil: entre retrocessos e resistências. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação dos professores no Brasil: uma história de embates e tensões. In: GATTI, Bernadete A. et al. **Educação e professores no Brasil: formação, carreira e condições de trabalho**. São Paulo: Editora Moderna, 2017. p. 21-38.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 135- 152, 2016.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Profissão Docente e Formação: Percurso, dilemas e perspectivas**. Brasília: UNESCO, 2009. GATTI, Bernadete A.; ANDRÉ, Marli E. D.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

KOZLOWSKI LUCYK, Viviana Patrícia; HATSCHBACH GRAUPMANN, Edilene. A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO DE SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS. **Humanas Sociais & Aplicadas**, [S. l.], v. 7, n.

20, 2017. DOI: 10.25242/887672020171145. Disponível em: https://www.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1145. Acesso em: 29 ago. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de professores no Brasil: a crise da licenciatura. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 281-296, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qGvQ5Pfc6Zc8ykgcFZphMHn>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2012. LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores: entre a pedagogia da competência e a pedagogia crítico-social. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 624-646, 2018.

MONTEIRO, Alice Nantala Pereira; VAZ, Bárbara Regina Gonçalves; MOTA, Rafael Silveira da. Desvalorização profissional dos professores. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**. V. 03, N.13 Jan./Fev. 2022 Publicação contínua. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37379>. Acesso em 29 ago. 2025.

MORAES, Carmen Silvia Lima de. **Políticas públicas e formação de professores: dilemas e perspectivas. Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 507-524, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esci/a/YpC9PnZq9RqMMDsFXkD8Tss/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MOTA, Rafael Silveira da. Desvalorização profissional dos professores: uma análise sobre a valorização docente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37379/24759>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MONTENEGRO, Maria Eleusa; SILVA, Leilane Cristina de Melo. As dificuldades e os avanços na formação do licenciado. **Universitas: Humanas**, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/universitashumanas/article/download/2170/2113>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MUNSBURG, João Alberto Steffen; SILVA, Denise Regina Quaresma da Silva. **Constituição docente: formação, identidade e professoralidade**. ANAIS do XIV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, v. 3. 2014 Disponível em: <https://www.feevale.br/hotsites/seminario-internacional-de-educacao/edicoes-antiores/2014>. Acesso em: 29 ago. 2025.

NÓVOA, António. Formação de professores: Necessidade de uma virada. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 6-30, 2019. NÓVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SILVA, Márcia Ângela A. Formação docente, políticas públicas e desigualdades educacionais no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 11-29, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DOURADO, Luiz Fernandes. Reformas educativas e formação de professores no Brasil: Impasses e perspectivas. **Educação & Sociedade, Campinas**, v.

32, n. 116, p. 857-875, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Profissão docente e políticas públicas: o desafio da valorização no Brasil contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 19- 36, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/8KRxB7dJpLkPv8gKfJfGjJL>. Acesso em: 14 abr. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Carreira docente e valorização do magistério: desafios persistentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e229264, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Kamila Caetano dos; SOUZA, Renata Herwig de Moraes; GOMES, Wilson de Sousa. A desvalorização dos cursos de licenciatura e seus impactos na formação docente. **Anais do Encontro Estadual de História da Educação**, v. 3, n. 1, p. 127-144, 2023. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/EEHD/article/view/16387>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: Aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, n. 50, p. 5-27, 2009.

SILVA, Marcos A.; FIALHO, Francisco S. PIBID e Residência Pedagógica: potencialidades e desafios na formação docente. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 12, p. 3-18, 2019.

SILVA, Marcus Quintanilha da. Contratos temporários e remuneração dos profissionais do magistério na rede estadual da Paraíba: reflexões e consequências para a classe trabalhadora. **Educar em Revista**, [S. l.], 2025. DOI: 10.1590/1984-0411.94282. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/94282>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). Formação de professores para a Educação Básica: dez anos da LDB. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 1009-1015, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VsXXDnFY9nKqvhkNBVmRjkj/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIEIRA, Cláudio F.; RAMOS, Maria F. Análise dos currículos de licenciatura: entre a formação crítica e a lógica mercantil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 43, p. 101-123, 2021.